

O anel de Giges

Obras do autor publicadas pela Companhia das Letras

Vícios privados, benefícios públicos?

Autoengano

Felicidade

O mercado das crenças

O valor do amanhã

O livro das citações

A ilusão da alma

Trópicos utópicos

O elogio do vira-lata e outros ensaios

Eduardo Giannetti

O anel de Giges
Uma fantasia ética



COMPANHIA DAS LETRAS

Copyright © 2020 by Eduardo Giannetti

*Grafia atualizada segundo o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa de 1990,
que entrou em vigor no Brasil em 2009.*

Capa

Kiko Farkas/ Máquina Estúdio

Preparação

Márcia Copola

Índice onomástico

Luciano Marchiori

Revisão

Thaís Totino Richter

Camila Saraiva

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Giannetti, Eduardo, 1957-

O anel de Giges : uma fantasia ética / Eduardo Giannetti. —
1ª ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 2020.

Bibliografia.

ISBN 978-85-359-3395-6

1. Civilização – Filosofia 2. Filosofia política 3. Política
econômica I. Título.

20-44479

CDD-320.01

Índice para catálogo sistemático:

1. Filosofia política 320.01

Maria Alice Ferreira – Bibliotecária – CRB-8/7964

[2020]

Todos os direitos desta edição reservados à

EDITORA SCHWARCZ S.A.

Rua Bandeira Paulista, 702, cj. 32

04532-002 — São Paulo — SP

Telefone: (11) 3707-3500

www.companhiadasletras.com.br

www.blogdacompanhia.com.br

facebook.com/companhiadasletras

instagram.com/companhiadasletras

twitter.com/cialetras

Sumário

Prefácio e agradecimentos	7
-------------------------------------	---

PRIMEIRA PARTE

1. O Giges de Heródoto	15
2. O Giges de Platão	19
3. Heródoto e o Giges da história: húbri e nêmesis	23
4. Platão e o Giges da fábula: contexto	28
5. O Giges da <i>República</i> : fontes	33

SEGUNDA PARTE

6. O anel de Giges como experimento mental	41
7. O desafio de Gláucon e Adimanto	46
8. O ideal platônico: princípios	52
9. O ideal platônico: utopia	58
10. Giges cidadão da <i>República</i> : súditos	62
11. Giges cidadão da <i>República</i> : guardiões	66

TERCEIRA PARTE

12. O ideal platônico de perfeição humana	75
13. O que há de errado com o ideal platônico?	79
14. O ideal platônico reavaliado: soberba e autoengano	85
15. O ideal platônico reavaliado: conclusão	90

QUARTA PARTE

16. O reencontro de Gíges e Candaules: diálogo dos mortos 99
17. Os poderes e os limites do anel: *physis* e *nómos* 106
18. A natureza infinita do dever: Cícero e o anel 113
19. O andarilho solitário prova o anel: Rousseau 120
20. A lacuna de Rousseau e o paradoxo do diário íntimo 126

QUINTA PARTE

21. A queda judaico-cristã e o Sermão da Montanha 135
22. O ideal de perfeição do cristianismo: Gíges-cristão 143
23. O ideal platônico e o cristão: contrastes e paralelos 151
24. O que há de errado com o ideal de perfeição cristão? 158

SEXTA PARTE

25. O princípio de são Lucas e as janelas da consciência 169
26. Carteiras abandonadas, honestidade revelada 177
27. Carteiras polpudas, consciências apaziguadas 183
28. Experimentos naturais de impunidade 188

SÉTIMA PARTE

29. A descendência de Gíges: ética e felicidade 197
30. O que há de errado com o Gíges-sem-lei e sua prole? 206
31. O Gíges-sem-lei à solta: que felicidade é essa? 212
32. E agora, Gíges? 221

POSTSCRIPTUM: DESENREDO

33. Uma visita inesperada: diálogo dos vivos 233
34. Retrato de um Gíges quando jovem 241
35. Devaneios do viajante solitário: coração a nu 250

- Notas 269
- Bibliografia 299
- Índice onomástico 309

Prefácio e agradecimentos

O corpo vê-se; o coração adivinha-se. Silêncios, segredos, manobras, despistes. Que sabem os outros do que nos vai pela alma? O que sabemos, afinal, nós mesmos? Respeito às leis e costumes morais à parte, o que significa ser — não só parecer — ético? Como a certeza da impunidade mexeria com o nosso modo de ser e agir? Introduzida por Gláucon, irmão de Platão, no livro 2 da *República*, a conjectura do anel de Gíges nos provoca a um duelo a um só tempo intelectual e pessoal. *Quem é quem é?*

A ideia é simples — e aberta a todos. Desde que nos damos por gente, a vida em sociedade nos faz atores; ela nos educa e afia, em atos e palavras, na arte de expor e ocultar. Imagine a existência de um anel que faculte ao seu dono o privilégio de ficar invisível ao olhar alheio: ao simples girar do engaste no dedo a pessoa desaparece e, ao retorná-lo à posição normal, ela volta a ficar visível aos olhos de todos. O anel de Gíges é o salvo-conduto da invisibilidade: transparência física, nudez moral.

Um caso-limite é como uma situação corriqueira exposta a condições extremas ou vista ao microscópio — impelida a revelar meandros e desnudar segredos de outro modo ocultos. O anel nos faz espectadores de nossas vidas

em circunstâncias inusuais. Livre de receio e ameaça de punição legal; liberto das amarras e inibições da opinião alheia, o que a prerrogativa da inimputabilidade revelaria sobre o caráter e a alma de cada um? O que afinal desejaríamos do fundo do coração com o anel no dedo?

Não tenho a pretensão de responder por ninguém. Ouso, contudo, arriscar: se o leitor imagina que tem a resposta na ponta da língua e que sabe verdadeiramente *quem seria e o que faria* de posse do anel, a leitura deste livro terá o dom de fazê-lo interrogar-se, desconfiar de si e — possivelmente — mudar de ideia. Se não for o caso, é porque falhei como autor.

O experimento mental da fábula de Giges permite abordar o comportamento humano e a ética pelo prisma do anel. O que esperar de uma pessoa comum detentora do anel? Como provavelmente reagiria e o que faria com tal poder? Humilde pastor, o Giges da fábula de Gláucon transfigurou-se: foi para a capital do reino, seduziu a rainha, assassinou o rei com a cumplicidade dela, usurpou o trono da Lídia, tentou subornar os deuses e tornou-se fabulosamente rico. A posse do anel atçou a fera da ambição desmedida e fez visível o sonho de glória e poder adormecido em sua alma. Mas quão representativo ou generalizável é o modelo do Giges-sem-lei?

E mais: a conjectura da invisibilidade permite questionar como responderiam as diferentes tradições e escolas de pensamento ético — platônica e cristã, kantiana e utilitarista — diante do desafio do anel. Em que circunstâncias, se é que alguma, seria moralmente justificável recorrer ao manto da invisibilidade? Qual a relação entre ética e felicidade? Como busco mostrar no livro, a prova

do anel ajuda a explicitar e analisar o que há de errado com os ideais de perfeição e plenitude humana das principais correntes e tradições da ética ocidental.

O desafio, porém, não se restringe a saber o que os demais fariam (o previsível) ou a conceber o que deveriam idealmente fazer (o desejável). O teste da fábula se aplica às terceiras pessoas, mas cobra respostas de cada um. Ele nos provoca a abordar o anel pelo prisma da vida: não com as antenas de uma fria curiosidade ou simples exercício teórico, mas como *questão pessoal*.

Liberdade para quê? Se eu puder agir sem medo de represália ou ameaça de punição; se puder despir o que há de falso e ator em mim e aposentar a elaborada persona sob a qual me protejo ao cumprir as exigências da vida em sociedade, preservar a estima dos que me são queridos e exercer meu papel na divisão do trabalho, o que virá à tona e se revelará sobre quem sou realmente?

Um registro fiel do que nos vai pela mente requer mais que sinceridade; requer trabalho, autodisciplina e, sobretudo, coragem moral. Nas pegadas de Rousseau, embora por outras vias, não me esquivei da encrenca. O diálogo e o devaneio em primeira pessoa do Postscriptum (“Desenredo”) se propõem a responder ao desafio. Se não há nada nele que não tenha sido vivido, também não há nada que seja igual ao vivido.

Quem tem um projeto, o projeto o tem. *O anel de Gíges* é fruto de longa e obstinada gestação. O primeiro contato que tive com a fábula de Platão remonta a meados dos anos 1980, quando o meu trabalho de doutorado sobre o papel dos intelectuais e das ideias filosóficas na política e na mudança social (publicado no Brasil como

O mercado das crenças) inevitavelmente me levou a mergulhar na *República*. A semente germinou. Esboços preliminares do que viria a ser este livro passaram a frequentar meus cadernos de estudo a partir de janeiro de 2000. Em leituras, conversas e intermitências ruminativas passei a manter o radar de pesquisador em estado de alerta para as possibilidades de desenvolvimento dos temas, problemas e desdobramentos suscitados pela conjectura do anel. Trabalho de formiga.

A passagem dos anos, porém, fez surgir a questão: *até quando?* Ao revisitar, no início de 2019, décadas de apontamentos, referências e ideias embrionárias, senti que o projeto amadurecera. Hora de agir. Transferi-me para Tiradentes, no interior de Minas Gerais, e dediquei um ano sabático à tarefa de burilar e redigir o *Anel*. A primeira versão completa do texto ficou pronta na exata semana de março de 2020 em que a catástrofe da Covid-19 aportou de vez em solo brasileiro. A quarentena forçada da pandemia — na cola do meu isolamento voluntário em Minas — incitou-me a investir infinitamente na revisão da escrita e na incorporação de críticas e sugestões recebidas.

Palavras não pagam dívidas, mas permitem expressar gratidão. A longa gestação deste livro torna impraticável nomear a todos que apoiaram e inspiraram a realização do projeto — a lista resultaria a um só tempo embaraçosamente longa e ainda assim omissa.

Sinto-me feliz, contudo, em poder registrar meu agradecimento aos amigos e amigas que generosamente se dispuseram a ler e comentar — em alguns casos mais de uma vez — os sucessivos manuscritos e revi-

sões do texto: André Lara Resende, Christine M. W. da Fonseca (Chris), Cristina Franciscato, Fernando Moreira Salles, Hélio Schwartzman, Joel Pinheiro da Fonseca, Jorge Sabbaga, Luiz Fernando Ramos (Nando), Luiz Schwarcz, Márcia Copola, Marcos Pompéia, Maria Cecília L. G. dos Reis (Quilha), Otávio Marques da Costa, Persio Arida e Roberto Viana. Como procuro sustentar no *Anel*, toda a filosofia do mundo não vale uma boa amizade.

*

Os números entre colchetes referidos no texto remetem ao capítulo do livro em que o tema abordado será (ou foi anteriormente, conforme o caso) desenvolvido; assim, por exemplo, [29] lê-se: (como será visto no capítulo 29 abaixo). As fontes das citações no texto, referências e pontos técnicos ou laterais ao fio central do argumento encontram-se nas notas no final do volume.

PRIMEIRA PARTE

1

O Giges de Heródoto

Nudez e castigo: Lídia, século VII a.C. Nos parágrafos iniciais de *As guerras persas*, o historiador grego Heródoto narra a trama do golpe palaciano que derrubou a dinastia Heráclida em Sardes, capital da Lídia, um reino situado a leste da península grega, na Ásia Menor, onde hoje fica a Turquia.

Candaules, o monarca lídio, era apaixonado por sua esposa, mas não só isso: ele a venerava como a mais bela e formosa entre as mulheres do mundo. O seu enlevo pela rainha não cabia em si e ele mal suportava carregar, sem confidente, a glória de sua indizível felicidade. Entre os guardas pessoais de Candaules havia um favorito, Giges, a quem o rei confiava as questões mais secretas do reino e para quem costumava louvar os encantos da amada. As palavras, contudo, não bastavam. Realizado em definitivo ele só poderia julgar-se quando Giges a mirasse por si mesmo, despojada de vestes, véus e adereços, conforme a natureza a esculpira, e assim se persuadissem do que lhe dizia. Somente a visão da rainha nua faria jus à sua beleza e convenceria o favorito da justeza do seu fascínio. Os ouvidos são menos inclinados a crer do que os olhos.

Candaules traça um plano: propõe a Giges que venha

em total sigilo espiar a rainha despir-se naquela noite. Assegura-lhe não haver risco, pois arranjará tudo de modo a evitar suspeita, ocultando-o detrás da porta entreaberta do quarto onde dormem. Giges, no entanto, recusa o convite com palavras firmes, alegando a imoralidade do ato: “Recorde-se que a mulher, quando tira a túnica, despe-se também do pudor; devemos acatar a lição dos nossos pais e antepassados, que sabiam distinguir o certo do errado: *cuide cada um do que é seu*, diz a máxima; affianço-lhe, Alteza, que prezo a rainha como a mais formosa de todas as mulheres”. Se ele partilhava de fato o entusiasmo do rei por sua amada é algo incerto; mas Giges demonstra estar ciente da gravidade do que lhe fora proposto.

O rei ouve, mas não cede; o convite se torna uma ordem — Giges não tem escolha. Na hora combinada, a rainha segue o rei até o aposento e, enquanto ele se deita, ela deposita suas vestes, uma a uma, na poltrona ao lado da porta. O favorito pode então contemplar de perto os dotes da rainha desnuda até que ela por fim dirige-se compassadamente ao leito, de costas para ele, enquanto ele se esgueira com todo o cuidado pela fresta da porta sem se deixar notar.

Executado à risca, o plano do rei transcorreu sem sobressalto. Exceto por um detalhe, mas capital: sem alarde, a rainha notou a presença do intruso no quarto. E mais: ela não apenas percebeu que fora observada por Giges, como logo juntou os pontos e adivinhou o papel do marido na trama. Insultada e humilhada em ponto sensível — ao contrário do que ocorria com os gregos civilizados, como pontua Heródoto, o tabu da nudez tinha entre os lídios um caráter sagrado, contemplar era